
MEMÓRIA, RUPTURA E CONTINUIDADE: A FRONTEIRA DE MOÇAMBIQUE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

ANA CRISTINA ROQUE*

RESUMO

Tendo como exemplo a fronteira Sul de Moçambique e fazendo uso da documentação produzida no contexto das Comissões de Delimitação de Fronteiras de Moçambique, pretende-se suscitar o debate em torno da fronteira como espaço privilegiado de memória de um tempo de ruturas – com impacto imediato visível na paisagem e consequências a curto, médio e longo prazo, no quotidiano das populações – e, em simultâneo, como espaço de memória para a “recuperação” de informações sobre o território, recursos e potencialidades, que poderão constituir referências fundamentais indispensáveis ao enquadramento de projetos atuais e futuros visando o desenvolvimento regional e o bem-estar das populações.

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique; Fronteiras; Memória; Conflito; Conhecimento

ABSTRACT

Taking Mozambique’s southern border as example and making use of the documents produced by the different Commissions created for the Delimitation of the Borders in Mozambique, this article intends to encourage the debate about the idea of the relation border / memory, as a privileged area for the study of the *memory* of a

* CH, Universidade de Lisboa, Portugal.

E-mail: anaroque1@campus.ul.pt; acrmroque@gmail.com.



time of disruption and conflict – with visible immediate impact in landscape and short, medium and long-term consequences in the daily life of the population – and a *memory* of a time of knowledge and recovery of information about the territory, resources and potentialities, which could be fundamental references to frame current and future projects aiming at regional development and well-being of the population.

KEYWORDS: Mozambique; Borders; Memory; Conflict; Knowledge

Pertinência do tema e relevância da informação histórica

O tema das fronteiras é por natureza delicado, de abordagens múltiplas e nem sempre consensuais. No caso das fronteiras dos territórios das ex-colónias, pode tornar-se ainda mais problemático pela ligação imediata à ideia da construção forçada de um espaço delimitado por interesses exteriores, desconsiderando realidades locais e regionais, em nome de uma pretensa unidade que não existia.

Razões suficientes para fazer desta temática um palco privilegiado para o estudo do Colonialismo e dos Impérios Coloniais Europeus, em particular no que respeita ao continente africano, tanto ao nível dos seus antecedentes e processos, quanto ao nível do legado histórico que deles releva e que, nos últimos tempos, tem vindo a ser objeto de análise em vários fóruns de discussão¹. Mas, em simultâneo, razões também para se abordarem outros aspetos que só mais recentemente têm sido matéria de reflexão e que põem a tónica, por exemplo, na necessidade de

¹ Veja-se, por exemplo, o conjunto de eventos que, desde 2007, têm sido promovidos pela ABORNE – The African Borderlands Research Network ou ainda algumas publicações específicas sobre a questão das fronteiras em África, como por exemplo, Ian Brownlie, *African Boundaries. A Legal and diplomatic encyclopaedia* (London: C.Hurst & Company, 1979); *Journal of Borderland Studies*, n.º especial African Borders 25, n.º 2 (2010) ou Steven van Wolputte (coord.), *Borderlands and frontiers in Africa* (Berlin: LIT Verlag, 2013).

reconceptualizar a ideia de fronteira e reconsiderar o seu o papel atual em África, designadamente enquanto espaço privilegiado de cooperação transfronteiriça, promotor de integração regional e fundamental para a conquista da paz, segurança e desenvolvimento sustentável dos diferentes estados².

Considerando este enquadramento, este artigo procura filiar-se nesta discussão ao propor uma abordagem à questão das fronteiras privilegiando a articulação Fronteira – Espaço – Memória. Focando sobretudo a importância da recuperação da informação histórica sobre as fronteiras de Moçambique, na perspetiva do seu contributo para uma melhor percepção da evolução e alterações regionais e compreensão da situação atual, pretende-se contribuir para uma reflexão em que se considere, por um lado, a fronteira como espaço de memória de um tempo de ruturas e conflitos – com impacto imediato visível na paisagem e consequências no quotidiano das populações – e, por outro, como espaço de conhecimento, repositório de informações sobre o território, recursos e potencialidades, cuja recuperação poderá revelar-se fundamental para o enquadramento de projetos atuais e futuros visando o desenvolvimento regional e o bem-estar das populações.

Efetivamente, nos últimos anos, as fronteiras africanas tem sido alvo de um intenso debate institucional³, em parte resultante da necessidade dos estados africanos implementarem a resolução sobre a inalienabilidade das fronteiras coloniais, assumida no Cairo em 1964 e ratificada em

² Veja-se, entre outros, Anthony I. Asiwaju, “The African Union Border Programme in European Comparative Perspective”, in *Companion to Border Studies*, eds. T. M. Wilson and H. Donnan (Chichester: John Wiley & Sons, Ltd, 2012); Anthony I. Asiwaju, “Borderlands in Africa: A Comparative Research Perspective With Particular Reference to Western Europe”, *Journal of Borderland Studies*, 8, n.º 2 (1993): 1-12; ou Paul Nugent P. and Anthony I. Asiwaju, *African Boundaries: Barriers, Conduits and Opportunities* (London: Pinter, 1996).

³ OUA, *Délimitations et Démarcation des Frontières en Afrique – Programme Frontière de l’Union Africaine* (PFUA) (Addis-Abeba: Commission de l’Union Africaine, Département de Paix et Sécurité, 2013).

Durban em 2002, e que fundamenta o Programa de Fronteiras da União Africana (Adis Abeba, 2007).

O Programa é visto como um instrumento fundamental para a paz, segurança e desenvolvimento económico e social dos diferentes estados e prevê que o processo de “reconstrução” de fronteiras, para os estados que a ele aderiram, esteja concluído até 2017. Nesse sentido, tem mobilizado governos e instituições para aceder à documentação sobre o processo de implementação das fronteiras coloniais em África. Documentação que, em muitos casos, se mantém inacessível ou com acesso reservado, nos arquivos das antigas potências coloniais responsáveis pelo traçado atual dessas fronteiras⁴, e que para os diferentes países africanos é considerada fundamental em termos geopolíticos e geoeconómicos⁵.

No que respeita a Moçambique, bem como a todos os territórios que integraram o Império Colonial Português, a documentação sobre este processo encontra-se dispersa por vários arquivos e instituições portuguesas⁶

⁴ Ana Cristina Roque, “Sources for the History of the Southern Border of Mozambique. Preliminary Results on a Project on the Archives of the Portuguese Commission of Cartography”, *Journal of Borderlands Studies*, 25, n.º2 (2010): 77-93.

⁵ José Elias Mucombo, “Démarcation et maintenance des frontières internationales du Mozambique”, in *Délimitations et Démarcation des Frontières en Afrique – Programme Frontière de l’Union Africaine (PFUA)*, OUA (Addis-Abeba: Commission de l’Union Africaine, Département de Paix et Sécurité, 2013), 221-245.

⁶ Atualmente, os principais núcleos de documentação sobre as fronteiras dos antigos territórios coloniais encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Sociedade de Geografia de Lisboa e no MUHNAC – Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Até à recente extinção do IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical, em Agosto de 2015, este instituto, que integrava o Arquivo Histórico Ultramarino, era a instituição depositária do núcleo documental mais significativo sobre a questão das fronteiras, designadamente o chamado *Arquivo de Fronteiras* que reúne documentação (escrita, cartográfica e fotográfica) sobre as fronteiras dos PALOP e do antigo Estado da Índia. No caso de Moçambique este arquivo é constituído por caixas e envelopes com documentação, num total de 36, cobrindo o período compreendido entre 1856 e 1942, cujo índice sumário pode ser consultado em *Comissão de Cartografia – Catálogos*, IICT, Lisboa, 2006. No âmbito do processo de extinção do IICT e da sua integração na Universidade de Lisboa o *Arquivo de Fronteiras* transitou para o MUHNAC – Museu Nacional de História Natural e da Ciência esperando-se que, brevemente, possa estar acessível para consulta.

e inclui toda a documentação produzida⁷ e o equipamento científico usado nas várias missões⁸.

A falta desta documentação, e em particular a respeitante à localização precisa da linha de fronteira e às coordenadas geográficas dos marcos que a demarcam (muitos dos quais hoje desaparecidos), tem vindo a ser apontada por Moçambique como a principal condicionante dos trabalhos atualmente necessários para confirmar os 6.912 km de fronteiras do país (4.212 Km de fronteira continental e 2.700 km de fronteira marítima)⁹. Trabalhos que envolvem diretamente oito países vizinhos, e que tornam evidente que o processo de definição da fronteira de Moçambique não é apenas um assunto interno e que hoje, como no passado, depende da cooperação e negociação com outros países. E esses outros países são, agora, não só as antigas potências coloniais, como os países que hoje fazem fronteira com Moçambique (Fig. 1.1).

⁷ A documentação produzida é de natureza muito diversificada e inclui, entre outros, processos de correspondência, documentos oficiais e diplomáticos, atas das reuniões das comissões responsáveis pela definição, delimitação e demarcação das linhas de fronteira, relatórios, notas de campo detalhadas sobre os trabalhos diários, cadernetas de campo com a descrição e localização geográfica dos marcos de fronteira e o registo dos trabalhos topográficos e geodésicos, esboços, croquis e mapas, fotografias, informação sobre a ocorrência de litígios e cobranças de impostos, descrição do território e das populações.

⁸ O equipamento de campo utilizado por estas comissões, bem como os diferentes equipamentos usados nas diversas missões e expedições científicas do século XX que se encontravam à guarda do IICT até à sua extinção foram incorporados nas coleções do MUHNAC – Museu Nacional de História Natural e da Ciência, Lisboa.

⁹ IMAF 2009. *Mozambique International Borders*. Relatório apresentado pelo Diretor do Instituto do Mar e das Fronteiras de Moçambique no Instituto de Investigação Científica Tropical em Lisboa, a 20 de Janeiro de 2009.

MOÇAMBIQUE: FRONTEIRAS CONTINENTAIS				
	Terrestre (Km)	Fluvial (Km)	Lacustre (Km)	Total (Km)
África do Sul	472	24	0	496
Swazilândia	106	0	0	106
Zimbabwe	839	295	0	1,134
Zambia	330	76	0	406
Malawi	888	190	322	1,400
Tanzania	50	620	0	670
TOTAL	2.685 Km	1.205 Km	322 Km	4.212 Km
MOÇAMBIQUE: FRONTEIRAS MARÍTIMAS				
África do Sul				
Madagáscar				
Comores				
Tanzania				
TOTAL				2.700 km
MOÇAMBIQUE: FRONTEIRAS CONTINENTAIS E MARÍTIMAS				
TOTAL				6.912 Km



Google maps, 2015

1.1. Fronteiras atuais de Moçambique.

Neste novo contexto, este *corpus* documental, ao permitir a reconstrução da linha de fronteira em conformidade com os acordos que a definiram no século XIX, assume particular relevância enquanto instrumento indispensável à gestão normal e regular da fronteira, garantindo a definição e demarcação dos territórios e, conseqüentemente, o espaço de exercício pleno da soberania de cada país contribuindo, deste modo, para precaver os conflitos políticos na região, promover a paz e a estabilidade.

Sublinhada a importância técnica e político-diplomática desta documentação, importa referir que este *corpus* documental inclui ainda outros documentos, de natureza mais descritiva, e que respeitam fundamentalmente às ações de reconhecimento inerentes ao trabalho de campo efetuado pelas diferentes equipas envolvidas na implementação das linhas de fronteira no terreno. E estes documentos, que não raro constituem a

primeira fonte escrita para muitas das regiões onde estas equipas trabalharam, informam sobre aspetos particulares do território e das populações humanas e animais dessas regiões e, muito particularmente, sobre recursos naturais e sua distribuição ou sobre os usos e aproveitamentos que deles fazem as populações locais.

Atente-se, a título de exemplo, nesta passagem do relatório de Freire de Andrade sobre o reconhecimento da bacia hidrográfica do Limpopo, em 1894:

“Junto da lagôa Sadulo um pequeno rio vem juntar-se ao rio Chingovo, formado por uma série de lagoas todas de água salgada. A quantidade de saes calcareos que contém é tal que o seu leito é formado exclusivamente de carbonato e sulfato de cal, em banco espesso, proveniente dos depósitos das agoas que ali ficam retidas durante o inverno.(...) ...entramos na extensa planície de Mabanine, vasto areal onde só de longe em longe se encontram alguns maciços de arvoredos; a erva é curta sempre, e para romper a monotonia da região, só se vêem os enormes caniços que crescem junto das lagoas de água salobra, impossível de beber. Pequenas elevações de terreno, de bem poucos metros, mas ao abrigo das cheias do inverno ainda teem algumas mostras de acácias e palmeiras bravas, mas o aspeto da região é o de um vasto areal, pantanoso e insalubre. (...) No dia 23 de Outubro chegamos a Mabanine e apesar do terreno encharcado e da água ser salobra e salgada resolvi esperar as carretas (...) achavamo-nos encurralados entre o rio Zundzi, uma série de lagoas onde os homens entravam no lodo até ao pescoço, e um pequeno afluente del-le. Para o noroeste tinha a lagoa Bembe de onde sae o Ualuise (.....) Junto das lagoas encontravam os pretos um tubérculo pequeno de 0,03cm a 0,04cm de diâmetro, a que chamam *matibo* e que, assado e tirada a casca bastante grossa tinha sabor aproximado de batata. Há ainda uma gramínea, com

que queimada e lavadas as cinzas, fazem sal e á qual chamam *munhoâne*. (...)”¹⁰

Aqui se informa sobre características hidrográficas e geomorfológicas da região e sobre as condições específicas do início da estação quente e húmida (Outubro-Março), sobre a qualidade da água, a paisagem e os tipos de vegetação, sobre a identificação e distribuição dos recursos silvestres, sobre usos e práticas tradicionais ligados ao conhecimento e aproveitamento dos recursos por parte das populações, sobre potenciais substitutos em caso de falta de alimentos e condimentos, sobre as designações locais de plantas encontradas... evidenciando a riqueza e diversidade de informações coligidas por estas Comissões no decurso dos seus trabalhos e alertando para o seu potencial como fonte de informação sobre os territórios percorridos, as suas características, potencialidades, usos e ocupação, num tempo anterior à materialização da fronteira no terreno.

Deste modo, o conjunto das informações veiculadas por esta documentação revela-se fundamental para a compreensão da dinâmica do espaço de fronteira e essencial para repensar hoje o seu papel, não só em termos político-económicos e socio-culturais, como em termos de reconceitualização da própria ideia de fronteira.

Fronteira-memória: rutura e conflito

Na viragem do século XIX, o processo de delimitação e demarcação das fronteiras de Moçambique concretizou a definição de um espaço territorial sob domínio português, que pressupôs o reconhecimento do território e todo um conjunto de trabalhos que resultaram na implantação de

¹⁰ “Explorações Portuguezas em Lourenço Marques e Inhambane – Relatórios da Comissão de Limitação da Fronteira de Lourenço Marques – I Relatório de Alfredo Freire de Andrade”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13^a série (5) Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 349-352.

marcos de fronteira e na elaboração das primeiras cartas dos territórios sujeitos a reconhecimento

Este processo não foi um processo homogêneo. Cada troço de fronteira levantou questões particulares que tiveram de ser resolvidas, caso a caso, implicando cedências várias das partes envolvidas antes de se chegar a uma acordo final. Foi um processo moroso, produto de um longo processo de negociações e acordos visando a defesa dos interesses das potências coloniais, quase sempre marginal aos interesses das populações locais, de que resultou a divisão de territórios e populações que está hoje na origem da maioria dos países do continente africano e de muitos dos seus conflitos¹¹.

Contudo, pela necessidade de um conhecimento real, efetivo, dos territórios a demarcar e ocupar, a documentação produzida neste contexto informa, por vezes com bastante detalhe, sobre as características regionais, a situação política e económica, os diferentes impactos e consequências da implementação da fronteira, a curto, médio e longo prazo, bem como sobre as principais razões dos conflitos sequentes nesta área¹². Informações que importa recuperar no contexto atual, em que se procuram fundamentar ações e propostas de desenvolvimento regional que contemplem a recuperação quer de paisagens naturais e paisagens culturais, quer dos usos, saberes e práticas tradicionais que, ao longo do tempo, lhe foram sendo associados pelas diferentes comunidades humanas que delas beneficiaram.

No que respeita à implementação da fronteira no terreno e na perspectiva do território e da ocupação do solo, o impacto imediato e visível desta demarcação foi, indubitavelmente, a alteração da e na paisagem, com consequências diretas no coberto e uso do solo em razão da impossibilidade

¹¹ Anthony. I. Asiwaju (Ed.), *Partitioned Africans: Ethnic relations across Africans international Boundaries 1884-1984* (London: C. Hurst & Company, 1985).

¹² Ana Cristina Roque, “Mozambique In The Early 20th Century: Borders As A Source Of Knowledge And Conflict”, in *Borders and Borderlands: Today’s Challenges and Tomorrow’s Prospects*. Proceedings of the Association for Borderlands Studies Lisbon Conference, comp. Iva Pires (Lisbon: Centro de Estudos Geográficos, 2012), 476-491.

de utilização, por parte das comunidades locais, de uma parte substancial destas áreas tradicionalmente utilizadas para pastos, caça, apanha de lenhas e recolha sazonal de frutos e ervas silvestres, nomeadamente para uso medicinal.

Teoricamente, o ato de demarcação, impondo um sistema de fronteiras territoriais fixas, não significaria que as comunidades fossem formalmente proibidas de as ultrapassar, designadamente para continuarem a utilizar estas áreas mas, na prática, a sua utilização tornou-se inviável. E isto porque a demarcação, independentemente da forma adotada – marcos de pedra ou redes metálicas – implicava, desde logo, alterações estruturais com consequências imediatas para o quotidiano das populações das áreas afetadas.

No caso dos marcos de pedra, utilizados pela primeira vez na fronteira entre o Transval e a Suazilândia em 1866¹³, a sua implantação no terreno exigia que cada marco fosse visível do anterior e dele se pudesse ver o marco seguinte, variando a distância entre cada um entre 1,25km e 6.5km¹⁴. Esta exigência obrigava a trabalhos de desmatção numa faixa de terreno de aproximadamente 3,5km de largura, mas que em nome da visibilidade requerida chegou, por exemplo, a atingir os 27 km no caso da Maputolândia¹⁵; o que, para além do grande impacto na paisagem, implicou de imediato a impossibilidade de utilização de uma vasta área, por parte das comunidades locais, de ambos os lados da fronteira.

Por sua vez, nos casos em que foram utilizadas redes metálicas, a vedação não só impossibilitava a passagem de pessoas, gados e fauna silvestre como, em alguns casos, vedava o acesso a recursos fundamentais, nomeadamente a água que, na época seca, persistia nesta região apenas

¹³ Andrew Macdonald, “Forging the Frontiers: Travelers and Documents on the South-Africa-Mozambique Border, 1890s-1940s”, *Kronos* 40, n.º 1(2014): 156.

¹⁴ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Azul 21. Documento 7.

¹⁵ ¹⁶ A região designada por Maputolândia também referida na documentação portuguesa como Amathogalândia, Thongaland ou “Reino dos AmaThongas” e é parte dos antigos territórios da chefatura Tembe-Thonga ou Mabudo-Tembe. Vd. W. S. Felgate, *The Tembe-Thonga of Natal and Mozambique: An ecological approach* (Durban: University of Natal, 1982).

em alguns fundões acessíveis a todos na ausência de vedações, mas que se tornavam privilégio de alguns depois da instalação destas.

O caso da fronteira do Transval, na zona do atual Kruger Park é, no sul de Moçambique, um bom exemplo desta situação ainda que, muito raramente e mesmo nos estudos mais recentes, se aborde a questão da água; o que não deixa de ser estranho dada a relevância que, nas últimas décadas, tem sido dada a este recurso e, em particular, às dificuldades de acesso e/ou à escassez do mesmo.

O acesso à água potável ou a disponibilidade da mesma foi, contudo, uma realidade com a qual as equipas das Comissões de Delimitação de Fronteiras se confrontaram permanentemente; sendo que a sua ausência obrigava a restrições e retrocessos e a sua existência marcava percursos, determinava paragens e desvios de rota, em função de sinais que se insinuavam na paisagem como indicadores mas que nem sempre correspondiam às expectativas geradas. Tal foi o caso de Freire de Andrade, no percurso entre o Singwetsi e o Limpopo, e que ele comenta, registando

“Até à noite marchamos por um terreno árido e sem o menor sinal de água; o arvoredado era pouco; as linhas de água apenas as indicadas, e que se viam de longe marcadas por longas linhas de árvores verdes, no meio do mato baixo e espinhoso, achavam-se completamente seccas, não se encontrando uma gota de água...”¹⁶

Mas também uma realidade, para qual, estas equipas eram frequentemente alertadas pelas populações da região, sempre que se tornava preciso seguir viagem, procurando percursos que lhes pudessem garantir o mínimo de condições para continuar o caminho, como atesta Mateus

¹⁶ “Explorações Portuguezas em Lourenço Marques e Inhambane – Relatórios da Comissão de Limitação da Fronteira de Lourenço Marques – I Relatório de Alfredo Freire de Andrade” ... p. 327.

Serrano quando na povoação de Mâgimâni se propunha continuar para Inhambane ao longo do curso do rio Uâluize

“Duas informações recebi do chefe que me não foram muito agradáveis. A primeira foi que seguindo a margem do rio, só daqui a cinco dias encontrarei uma povoação; a segunda que em todo o percurso do rio não terei água potável.”¹⁷

Efetivamente, na maior parte desta região, semeada de lagoas temporárias e retalhada por pequenas ribeiras, a água, na estação seca, persistia (e persiste) apenas em fundões, bem para lá da linha que estabeleceu oficialmente a fronteira com Moçambique. Enquanto não houve redes, homens e animais continuavam (ou podiam continuar) sazonalmente a aceder a este recurso. A fronteira era uma linha imaginária, delimitando virtualmente espaços onde se movimentavam populações que a desconheciam, não tendo qualquer implicação num quotidiano que se pautava pelo uso permanente ou sazonal dos recursos de uma vasta área, sem se compadecer com divisões excêntricas ao seu universo.

Porém, quando no final dos anos 20 a fronteira foi vedada com rede metálica e passou a ser policiada, as populações do lado de Moçambique viram o seu quotidiano drasticamente alterado. Sem água para os gados, foram obrigadas a procurar alternativas de subsistência noutras zonas contribuindo desta forma para o despovoamento da área fronteiriça e para a alteração do coberto do solo nessa mesma área.

A decisão unilateral das autoridades do Kruger de vedar os 350kms de fronteira do Parque com Moçambique justificou-se pela necessidade de defesa da fauna silvestre, preservação do habitat natural e controlo

¹⁷ “Explorações Portuguezas em Lourenço Marques e Inhambane – Relatórios da Comissão de Limitação da Fronteira de Lourenço Marques – II Relatório de J. A. Matheus Serrano”, in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13ª série (6) Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 397.

de caçadores furtivos¹⁸, bem como de controlo de contrabando e de movimentos migratórios ilegais¹⁹. Porém, a questão da água, ainda que não mencionada, veio a revelar-se crucial já que, desde então, o controlo e gestão dos recursos hídricos regionais passou a ser feito pelas autoridades do Parque em nome do governo sul-africano. E não será demais lembrar que o controle e acesso à água se tornou hoje uma das questões mais prementes em todo o mundo e que, no caso de Moçambique, o abastecimento de água continua muito dependente dos países vizinhos, nomeadamente da África do Sul, em particular para as áreas afetadas às bacias hidrográficas do Limpopo²⁰ e do Incomati²¹.

Em situação idêntica, ainda que sem necessidade de marcos ou vedações, ficaram as regiões onde os rios foram transformados em linhas de fronteira. O rio/passagem tornou-se rio/fronteira, elemento de divisão e barreira física à circulação de homens e animais; dividiu e circunscreveu comunidades a espaços restritos, não-comunicáveis, impedindo a circulação que até então obedecia a ciclos sazonais em função das disponibilidades de pastos e água em ambas as margens do rio e obrigando a uma profunda reestruturação da sua organização e gestão, como se verificou, no caso dos AmaThonga que, por via do rio Maputo tornado fronteira, viram o seu território dividido entre Portugal e a Inglaterra²².

¹⁸ Jane Carruthers, *The Kruger National Park: A Social and Political History* (Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1995).

¹⁹ Macdonald, "Forging the Frontiers", 154-177.

²⁰ Veja-se, por exemplo, as questões que se põem atualmente sobre a inviabilidade da agricultura em determinadas áreas desta zona pelas dificuldades de acesso à água. *Land and Conflict in the Madimbo Corridor*. Seminar presented to the Transboundary Protected Areas Research Initiatives, 30th sept. 2004.

²¹ Joanne Hevink Leestemaker and Francisco P.I. Tauacale, *Shared Rivers Initiative – Revisão das relevantes literaturas sobre a saúde do Rio Incomati e seu estuário* (Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2000); Alvaro Carmo Vaz and Peter van der Zaag, *Sharing the Incomati Waters: cooperation and competition in Balance* (s.l.: UNESCO, 2003).

²² Ana Cristina Roque, "Turning Maputo River into a Borderline: AmaThongaland and the definition of south Mozambique border (19th-20th century)", *CESContexto*, forthcoming.

Originalmente, o território dos AmaThonga, ocupava uma vasta área ao Sul da Baía de Lourenço Marques, até ao Rio Ozimkulo (+/- 30º lat. Sul)²³, compreendendo zonas ecológicas diferenciadas que permitiam que a população usufruísse das disponibilidades sazonais específicas de cada uma delas. Com uma economia predominantemente pastoril, complementada pela caça e algumas culturas de subsistência, os Thonga movimentavam os seus gados entre as áreas a Norte do rio Maputo – com menos água, menos capacidade de proporcionarem o estabelecimento permanente da comunidade e parte delas ocupadas já por um outro grupo e portanto com risco de conflito étnico entre as gentes de Maputo e as da Catembe²⁴ -, e as zonas a Sul do rio Maputo, em particular na envolvência da Baía de Kosi onde se encontravam as melhores terras dos AmaThonga²⁵.

Apesar das relações históricas entre Portugal e a chefatura Tembe-Thonga²⁶, dos tratados de vassalagem dos chefes AmaThonga a Portugal (1823 e 1870)²⁷ e das tentativas portuguesas de manter a indivisibilidade do território desta chefatura²⁸, as negociações levadas a cabo entre Portugal e a Inglaterra, independentemente da vontade das partes envolvidas, incluindo a dos chefes AmaThonga, foram condicionadas pela sentença arbitral de MacMahon em 1875²⁹.

Com efeito se, por um lado, a sentença arbitral de MacMahon reconheceu e legitimou os direitos históricos dos portugueses aos territórios da Baía de Lourenço Marques, o acordo relativo ao paralelo 26º 30' lat. Sul como limite sul dos territórios sob soberania portuguesa autorizou, em simultâneo, a futura divisão de outros territórios, designadamente os dos

²³ Hoje Baía de Maputo e Rio Mzimkhulu.

²⁴ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Azul 20 Documento 2:1.

²⁵ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 30. Documento 2:1.

²⁶ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 30. Documento 1:16.

²⁷ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 30. Documento 2:12.

²⁸ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 30. Documento 1:37; Joaquim José Machado, “Maputo – Lourenço Marques – Mossamedes” (comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa na sessão de 1 de Abril de 1889, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1889).

²⁹ Roque, “Turning Maputo River into a Borderline”.

AmaThonga, inviabilizando toda e qualquer possibilidade destes territórios manterem a sua integridade, mesmo se sujeitos à soberania de uma potência estrangeira.

Neste contexto, não obstante a inexistência de cercas, o rio Maputo definido como fronteira, afetou de imediato e profundamente a organização dos Thonga. Se, a ausência de cercas poderia deixar alguma abertura para movimentos transfronteiriços de pessoas e animais (fauna selvagem e gado), e por isso ser de reduzido impacto no quotidiano da comunidade, qualquer movimentação implicaria doravante submissão a sistemas fiscais diferentes, impostos não pelos governantes Thonga, mas pelas duas potências coloniais que partilhavam a Maputolândia³⁰, o que não seria de todo possível. Mesmo sem vedações, os homens não poderiam simplesmente conduzir os gados para as áreas além dos limites do poder colonial Europeu a que estavam sujeitos, sob pena de tal situação conduzir a conflitos políticos e eventuais sanções para a comunidade.

Por outro lado, esta divisão, implicando a separação do povo Thonga, privou o grupo de seu território original, afetando a sua identidade enquanto comunidade e forçando mudanças de organização interna³¹.

Inviabilizando o livre acesso a uma parte substancial do território, a demarcação da linha de fronteira privou as comunidades indígenas da sua fruição e gestão, tornando-se um obstáculo à economia local e introduzindo um elemento de perturbação na sua vida diária. A imposição de restrições drásticas à circulação natural de animais e pessoas, comprometendo o pastoreio, caça e a recolha de frutos e ervas silvestres, obrigando os habitantes a enfrentar situações dramáticas, particularmente durante a estação seca. Negando-lhes o acesso a recursos vitais, a fronteira contribuiu para uma rutura da economia tradicional nas áreas que lhe ficaram afetadas e para uma diminuição considerável da biodiversidade regional.

De igual modo, a separação forçada de uma mesma comunidade, afetou de forma irreversível a identidade do grupo, fomentando novas

³⁰ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 33. Documento 3.

³¹ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 30. Documento 1:18.

identidades relacionados com o contexto colonial específico em que passaram a estar inseridos e resultando, para um mesmo grupo de origem, na emergência de características diferenciadas em função das diferentes experiências coloniais a que cada parte ficou sujeita³²; sendo esta informação particular relevante quando se considera o quadro histórico de uma abordagem antropológica atual nesta área.

Em qualquer dos casos, inviabilizando o acesso a uma parte do território tradicionalmente usado por estas comunidades, a implementação da fronteira comprometeu a vida económica e o quotidiano do grupo. Com ou sem vedações, a fronteira tornou-se uma realidade tangível e visível, confirmando na paisagem e no quotidiano a rutura com um tempo em que os homens se identificavam com um outro espaço que deixaram de usufruir e testemunhando, em simultâneo, desequilíbrios e possíveis conflitos daí resultantes.

Contribuindo para uma rutura na economia tradicional das áreas fronteiriças e para uma diminuição considerável da biodiversidade regional, a fronteira tornou-se memória de um tempo de rutura e conflito conotada com recursos, práticas e usos num espaço que deixou de fazer parte da vida da comunidade.

Fronteira-memória: conhecimento e identidade

Porém implementar a fronteira exigiu também um trabalho de reconhecimento numa área muito mais vasta que a da linha de fronteira.

Fosse porque havia um caminho a percorrer e um conjunto de alternativas a avaliar antes do traçado definitivo, fosse porque era preciso considerar a logística de apoio, uma imensa faixa de terreno foi sujeita a levantamento e registo sistemáticos. Era indispensável precisar os melhores acessos, localizar as fontes de água potável, identificar os recursos

³² Roelof J. Kloppers, “In Border Crossing: Life in Mozambique / South Africa Borderland since 1975” (PhD diss., University of Pretoria, 2005).

silvestres, mapear a distribuição da população e informar sobre os seus usos, costumes e modos de vida. De igual modo, importava registrar os movimentos de populações³³, sazonais ou forçados, identificar áreas despovoadas e em processos avançados de desertificação, áreas pantanosas e de mangal³⁴ ou áreas onde a violência das cheias periódicas inviabilizaria qualquer estabelecimento permanente se não se desenvolvessem sistemas de contenção das águas que minimizassem o seu impacto e as consequentes situações de destruição.

Informações que respondiam aos objetivos do poder colonial e se tornavam indispensáveis para a garantir a conhecimento e ocupação efetiva do território e, assim, fundamentar e legitimar a pretensa soberania sobre o mesmo em conformidade com os princípios emanados da Conferência de Berlim em 1885. Mas também informações que nos permitem hoje perceber melhor a complexidade da região, quem a habitava e como, num período em que uma boa parte do território de Moçambique era desconhecida dos Portugueses e o registo escrito escasso.

São essas informações que nos dão acesso a particularidades da história regional, como por exemplo, as migrações sazonais dos AmaThonga antes da partilha do seu território entre Portugal e a Inglaterra, testemunhando saberes e práticas ligadas ao conhecimento das especificidades de cada zona do seu território, da capacidade de uso dos solos dessas áreas e de como usufruir das disponibilidades sazonais específicas de cada uma delas; ou ainda da grande diversidade e quantidade de fauna selvagem, observada em áreas específicas, e que contribui para fundamentar a justificação da criação de uma das primeiras reservas de caça, na área, na última década do século XIX.³⁵

Mas também informações que possibilitam mapear recursos, potencialidades do território e mesmo áreas de risco, já que abunda a informação

³³ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 33. Documento 2:3; e Moçambique Caixa Preta 34. Documento 1.

³⁴ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 30. Documento 5:3.

³⁵ Sabi Game Reserve (1898). *Vd. Carruthers, The Kruger National Park*, 26 e segs.

sobre a fauna, incluindo insetos vetores de doenças como a malária ou a doença do sono, a distribuição regional das espécies referenciadas ou as suas movimentações regulares, sazonais ou forçadas³⁶, a vegetação e as fontes de água potável ou ainda sobre os recursos florestais, as diferentes associações edáficas e a sua distribuição regional, sendo que, como a maioria das referências é feita em estreita ligação com a paisagem, tornam-se perceptíveis as diferentes ecozonas desta região com especial relevância para as áreas pantanosas e as lagoas sazonais ao longo das margens dos rios Pongolo e Maputo.

Considerações finais

O conjunto destas informações remete assim para uma série de aspetos possíveis de ter em conta nos atuais programas de desenvolvimento regional destas áreas, permitindo-nos pensar a fronteira não só como espaço de rutura e conflito, mas também como espaço de memória-conhecimento, repositório de saberes sobre o território, usos, recursos e potencialidades, que importa recuperar.

Encarada sob esta perspetiva, a recuperação da informação histórica sobre o processo de implementação da fronteira no Sul de Moçambique, ao responder à necessidade de reconhecer e conhecer os limites do território de Moçambique como país e nação soberana, evidencia a necessidade de uma reflexão sobre o papel atual da fronteira e as possibilidades de uma gestão eficaz dos espaços transfronteiriços por via da implementação de políticas de cooperação com os países vizinhos. Necessidade que, numa perspetiva histórica, não parece ser incompatível com a possibilidade de uma gestão conjunta da fronteira como um “espaço aberto”³⁷, com o objetivo de impulsionar o repovoamento e a recuperação de saberes e práti-

³⁶ *Arquivo de Fronteiras*. Moçambique Caixa Preta 33. Documento 3.

³⁷ Manuel Giraldes, “Parque Kruger – animais sem fronteiras”, *Além-Mar* Maio (2004), consultado a 25 de novembro de 2015.

cas ancestrais que, tendo em conta a situação presente, podem contribuir para o desenvolvimento de vastas áreas que foram abandonados, em resultado da falta de condições básicas.

Efetivamente, nos últimos anos, alguns projetos de natureza transnacional, designadamente na área do ambiente e da conservação da natureza, têm vindo a ser desenvolvidos tendo em conta os recursos e potencialidades destas áreas e visando o seu desenvolvimento económico e a conservação da biodiversidade³⁸ no quadro de uma cooperação transfronteiriça e de integração regional³⁹. Não cabe aqui discutir estes projetos nem apontá-los como soluções ou entraves à criação e implementação de políticas de cooperação eficazes no que concerne à gestão dos espaços transfronteiriços mas, a sua existência, deve levar-nos a refletir tanto sobre os objetivos, quanto sobre os processos que lhe estão subjacente, designadamente o processo de implementação da fronteira ou, mais genericamente, os diversos processos que tornam possível a recuperação da informação histórica existente sobre estas regiões⁴⁰.

Com efeito, é por via do processo de implementação da fronteira, e pelo que foi produzido no seu contexto, que se torna possível reconstruir a linha de fronteira em conformidade com os acordos que a definiram, garantindo a demarcação do território e, conseqüentemente, permitindo a sua gestão normal e regular, evitando conflitos. Porém, é por via desse

³⁸ Steve Osofsky, “Beyond Borders”, *World Conservation* 4 (2009): 14-15.

³⁹ Apesar das muitas discussões e alguma falta de consenso relativamente à forma como tem vindo a ser implementados alguns deles, designadamente o da Área de Conservação Transfronteiriça do Lubombo, criada em 2000 e onde se inscreve o projeto do Planeamento Sistemático de Conservação da Maputaland criado em 2006 ou o do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, criado em 2002 e que inclui o Parque Nacional do Limpopo, este tipo de projetos pode ser um passo importantes para impulsionar o desenvolvimento destas áreas, tanto na perspetiva das comunidades humanas quanto na da conservação da biodiversidade. Sendo que o envolvimento e participação das populações na gestão destes projetos se torna indispensável ao sucesso destes

⁴⁰ Veja-se, a título de exemplo, o trabalho de Rebecca C. Witter e Divy Mavasa, *Agroforestry, trees and the cultural landscape of the Limpopo National Park* (draft paper, 2004, consultado a 25 de novembro de 2015).

mesmo processo que também se torna possível proceder ao mapeamento da região tal como esta se apresentava nos finais do século XIX – com a identificação e localização dos recursos silvestres mais significativos e dos ecossistemas regionais, refletindo mudanças já em curso nesse período mas ainda não afetadas pela pressão humana e económica dos meados do século XX – permitindo deste modo a recuperação de informação perdida, ou não conhecida, e contribuindo para a constituição de bases de dados que possam vir a suportar projetos atuais que visem, justamente, o desenvolvimento regional e o bem-estar das populações. ■